

dos excluídos da Sucessão

↳ A indignidade vem a ser uma pena civil que priva do direito de receber a herança. A exclusão da sucessão ou exclusão por indignidade constitui penalidade aplicada a sucessores, legítimos ou testamentários, que tenham praticado atos de ingratidão, contra o de cujus, previstos entre as hipóteses legais.

@beatriznamiestudies

▶ hipóteses taxativas:

- I - autoria ou participação em homicídio doloso, consumado ou tentado, contra o hereditando, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;
- II - acusação caluniosa do de cujus em juízo e crimes contra sua honra, de seu cônjuge ou companheiro;
- III - prática de atentado contra a liberdade de testar do hereditando.

▶ A exclusão não opera de pleno direito, dependendo do trânsito em julgado de sentença proferida em ação declaratória inventada com a finalidade de se reconhecer a ocorrência de hipótese de indignidade.

importante → a ação poderá ser proposta por qualquer interessado, ou seja, são aqueles favorecidos com a exclusão, salvo na hipótese do inciso I do art. 1814, em que se prevê também a legitimidade do MP, conforme alteração pela Lei 13.532, de 7 de dezembro de 2017.

▶ **prazo:** o prazo pl pleitear a exclusão é de 4 anos, contados da abertura da sucessão, tendo natureza decadencial.

▶ **efeitos:** os efeitos são pessoais, atingindo apenas o indigno, havendo direito de representação pl seus sucessores, como se morto fosse aquele ao tempo da abertura da sucessão.

↳ veda-se o benefício indireto pl o indigno, na forma de direito de usufruto ou à administração dos bens destinados a seus sucessores, bem como a partir da sucessão eventual nesses bens.

↳ respeitando a boa-fé de possíveis adquirentes, reputam-se válidos os atos de administração e alienação onerosa praticados pelo indigno, como

herdeiro aparente, antes da sentença de exclusão, caso em que os prejudicados poderão demandar do excluído indenização dos prejuízos sofridos.

↳ o excluído deve restituir os frutos e rendimentos produzidos pelos bens antes da exclusão, assistindo-lhe o direito a ser indenizado pelas despesas realizadas p/ a respectiva conservação.

@beatriznamiestudies

importante → A vítima pode perdoar o autor do ato de ingratidão, reabilitando-o p/ a sucessão, desde que faça expressamente, em testamento ou outro ato autêntico, consistente em declaração, por instrumento público ou particular, autenticada pelo escrivão.